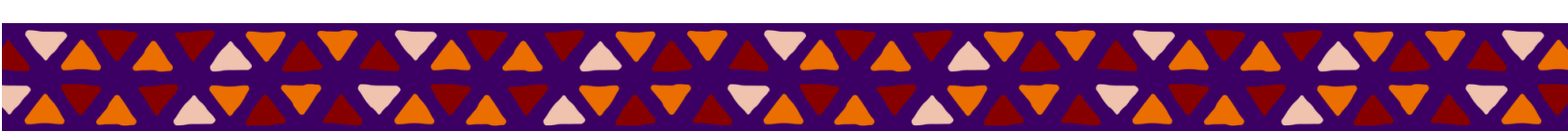


Manifesto

Por Cotas na Gestão Pública

Mulheres negras, indígenas, LBTI e com deficiência decidindo a alocação de recursos públicos e os rumos do Brasil





Manifesto - Por Cotas na Gestão Pública:

mulheres negras, indígenas, LGBTI e com deficiência decidindo a alocação de recursos públicos e os rumos do Brasil

O poder no Brasil tem raça, gênero, classe e território. E isso não é acaso.

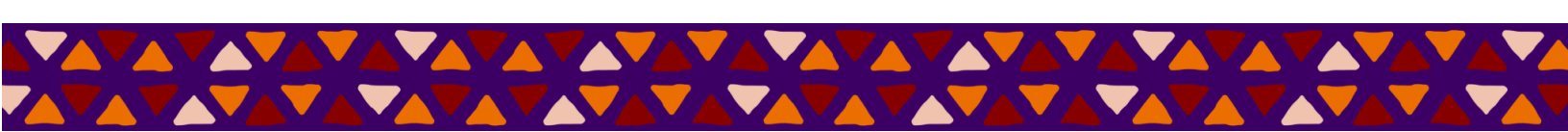
A concentração do poder político sempre esteve nas mãos de poucos - majoritariamente homens brancos - que decidem o rumo do país e produzem desigualdades que atravessam séculos. As decisões seguem sendo tomadas e as políticas públicas formuladas desconectadas da realidade da maioria da população, em espaços de comando que permanecem fechados para as mulheres, prioritariamente negras, quilombolas, indígenas, LGBTI e com deficiência.

Embora sejam maioria da população brasileira, as mulheres seguem sendo sistematicamente afastadas para fora da formulação de políticas públicas. O Censo das Secretárias, formado por um comitê de organizações da sociedade civil, revelou que apenas 1 em cada 4 pastas são lideradas por mulheres nos Governos Estaduais e nas Prefeituras de Capitais¹. No serviço público federal, representam 45,2% do total de servidoras. Quanto mais alto o cargo, menor a presença feminina: nos postos de maior poder decisório, elas não chegam a um terço das posições. **Mulheres negras, que representam a maior parte da população brasileira (28,5%), não alcançavam a 15% dos cargos de direção no Executivo** em dezembro de 2023².

Cargos comissionados e funções de confiança não estão dissociados de relações de poder. Eles podem servir à manutenção das desigualdades, reproduzindo a concentração histórica de poder nas mãos de poucos, ou se colocar a serviço da transformação da vida real, influenciando prioridades, políticas públicas e a distribuição de recursos. **Exigir cotas de gênero nessas posições não é apenas uma questão de representatividade; trata-se de uma demanda por reparação histórica.** Reparar é reconhecer essa exclusão estrutural e intervir de forma concreta para corrigi-la, redistribuindo poder onde ele sempre foi negado.

¹ Censo das Secretárias brasileiras mapeamento com o primeiro escalão dos governos subnacionais, 2024.

² Nota Técnica: Desigualdade de Gênero em Cargos de Liderança no Executivo Federal, 2024, *Movimento Pessoas à Frente*.



A promoção da equidade e da diversidade em diferentes níveis e áreas da administração pública contribui para o fortalecimento da atuação governamental, tornando o Estado mais sensível às demandas sociais e mais comprometido com a prestação de contas. Além disso, amplia a qualidade dos serviços oferecidos e reforça a credibilidade das instituições públicas junto à população. Evidências internacionais demonstram que administrações mais diversas produzem políticas mais eficazes e democráticas (UNDP, 2021, *Gender Equality in Public Administration*). Nesse contexto, a baixa presença de mulheres e pessoas negras nos espaços de decisão do poder público passa a ser reconhecida como uma questão política central e exige enfrentamento imediato.

A Maré de PLs por "Cotas na Gestão Pública" nasce desse compromisso. Defendemos políticas afirmativas que garantam cotas para mulheres em cargos comissionados e funções de confiança em todos os níveis do Poder Executivo municipal e estadual, com abordagem de raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual e deficiência. **Cargos públicos não podem ser cargos de privilégio: devem operar como instrumentos de democratização do poder e de reparação histórica, garantindo que os recursos públicos sejam decididos por quem sempre sustentou o país, produziu políticas no cotidiano e garantiu a reprodução da vida, mas foi sistematicamente excluída dos espaços de tomada de decisão e gestão pública.**

Queremos um Estado que reflita a diversidade do povo que o sustenta. Queremos que as mulheres, especialmente negras, quilombolas, indígenas, LBTI e com deficiência, tenham o direito de definir o orçamento público e comandar o país que constroem todos os dias. Democracia não é apenas voto: é presença, é voz, é poder. **Sem todas as mulheres no comando, não há democracia. Cotas para corrigir privilégios já!**

Assinam esse Manifesto:

Rede A Ponte

Instituto Foz

Instituto Aleias

Instituto Marielle Franco

Movimento Mulheres Negras Decidem

Instituto Update

Vote LGBT

Odara Instituto da Mulher Negra

Alzirias

Observatório da Branquitude

Nara Borgo

Bancada Feminista do Psol

Eriene Kalunga

Mandata Linda Brasil

EDUCAFRO Brasil

Betina Franco

Elenízia da Mata de Jesus

Luma Menezes

Joyce Trindade - Vereadora da Cidade
do Rio de Janeiro

Associação da Diversidade

Vereadora Marcela Menezes - Ribeirão
das Neves

Ana Cristina da Silva

Open Knowledge Brasil

SEMJDH

Mandato Carla Ayres

Instituto Mulheres na Urna

Larissa Martins - Secretária Executiva de
Direitos Humanos de Belém

Vereadora Lenira Malato

Secretaria de Políticas Públicas do
Estado de Sergipe

Serenas

Movimento Mulheres na Contramão

Asfoc-SN Sindicato Nacional dos
Trabalhadores e Trabalhadoras da
Fiocruz

